

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010



Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do (déficit) / superávit	(
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 32



KPMG Auditores Independentes

Av. Djalma Batista, 1.661 - salas 801/802 Bl. B 69050-010 - Manaus, AM - Brasil Caixa Postal 3751 Telefone Fax Internet 55 (92) 2123-2350 55 (92) 2123-2367 www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Diretor e Administradores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Manaus, 11 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-AM

Luciano Medeiros

Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.894	530.083	Fornecedores		66.035	80.900
Recursos vinculados a projetos	5	5.973.119	1.813.115	Obrigações sociais e trabalhistas	9	703.541	710.699
Adiantamentos pagos	6	283.625	192.115	Obrigações tributárias		23.479	19.915
Créditos de contratos e termos de cooperação		24.142	147.740	Adiantamentos recebidos	10	45.751	45.751
Despesas antecipadas		17.056	9.974	Obrigações com recursos de projetos	11	7.596.799	2.862.176
Total do ativo circulante		6.411.836	2.693.027	Total do passivo circulante		8.435.605	3.719.441
				Patrimônio social	14		
Imobilizado	7	1.471.863	1.290.955	Patrimônio social		918.560	747.867
Intangível	8	1.115.423	654.019	(Déficit) superávit acumulado		(355.043)	170.693
Total do ativo não circulante		2.587.286	1.944.974	Total do patrimônio social		563.517	918.560
Total do ativo		8.999.122	4.638.001	Total do passivo e patrimônio social		8.999.122	4.638.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do (déficit)/superávit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	Nota	2011	2010
Receitas líquidas	15	3.110.486	3.519.358
Custos			
Custo com prestação de serviços		(461.149)	(933.976)
Salários e encargos sociais	16	(1.397.680)	(1.170.422)
		(1.858.830)	(2.104.398)
Superávit bruto		1.251.656	1.414.960
Despesas com perestação de serviços		(256.530)	(346.756)
Despesas administrativas	17	(1.331.546)	(1.034.722)
Outras receitas		93	214.848
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(336.327)	248.330
Receitas financeiras	18	32.092	3.903
Despesas financeiras	18	(50.808)	(81.540)
Despesas financeiras líquidas		(18.716)	(77.637)
(Déficit) superávit do exercício		(355.043)	170.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	708.900	38.967	747.867
Incorporação do superávit acumulado	38.967	(38.967)	-
Superávit do exercício		170.693	170.693
Saldos em 31 de dezembro de 2010	747.867	170.693	918.560
Incorporação do superávit ancumulado	170.693	(170.693)	-
Déficiit do exercício		(355.043)	(355.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	918.560	(355.043)	563.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(355.043)	170.693
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	600.176	220.383
Custo do imobilizado baixado	34.301	135.221
	279.434	526.297
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	(4.160.004)	1.186.792
Adiantamentos pagos	(91.510)	62.923
Despesas antecipadas	(7.082)	(926)
Créditos de contratos e termos de cooperação	123.598	(32.457)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(14.865)	38.513
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.158)	223.932
Obrigações tributárias	3.564	(34.220)
Adiantamentos recebidos	-	(30.375)
Obrigações com recursos de projetos	4.734.623	(591.088)
	581.166	823.094
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	860.600	1.349.391
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(559.271)	(662.421)
Aquisição de intangível	(717.518)	(162.131)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.276.789)	(824.552)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(416.189)	524.839
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	530.083	5.244
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	113.894	530.083

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto") é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, sediada à Rua Domingos Marreiros, 2020 - Bairro de Fátima, no município de Belém, estado do Pará. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é comumente denominado Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o objetivo de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Os recursos financeiros que o Instituto recebe oferecem suficiente situação na administração financeira dos programas vis a vis suas estratégias de planejamento. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2011 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit e/ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam minimizá-los através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma: (i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Instituto em 11 de maio de 2012.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não ha informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

O Instituto classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis significativos abrangem caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

Esse grupo inclui caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, adiantamentos recebidos e obrigações com recursos de projetos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "bens com restrição de uso".

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos, as quais estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos - Entrada de Recursos", no passivo circulante. Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica "Saída de Recursos", conta redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita operacional

- **a.** Taxas administrativas de projetos e programas:
 - i. Taxas não previstas Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos";
 - **ii. Taxas mistas** São previstas nos contratos e também com especificação de determinados gastos na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos"; e
 - iii. Taxas previstas Custo administrativo cobrado somente através da taxa de "Overhead".

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias em aproximadamente 10%, taxa normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, desta forma, podem ocorrer situações em que em um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

b. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

k. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

ii. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

iii. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

5

	2011	2010
Fundo fixo	500	500
Bancos	654	529.583
Aplicações financeiras	<u>112.740</u>	
	<u>113.894</u>	<u>530.083</u>
Recursos vinculados a projetos		
Bancos	5.612.485	756.092
Aplicações financeiras	_360.634	1.057.023
	5.973.119	<u>1.813.115</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 82% e 97,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2011	2010
Fundo de investimento financeiro	359.000	1.046.790
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	8.713
Poupança	1.633	1.520
	<u>360.633</u>	1.057.023

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, poupança e CDB com resgate de curto prazo, quando permitido contratualmente pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

6 Adiantamentos pagos

Referem-se a adiantamentos a funcionários, fornecedores e parceiros, compostos da seguinte forma:

	2011	2010
Adiantamento a funcionários - férias e 13º salário	44.739	33.018
Adiantamento a fornecedores	117.568	93.896
Adiantamento a parceiros de projetos (a)	40.420	6.627
Adiantamento de viagens	80.898	<u>58.574</u>
	283.625	192.115

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

(a) Os financiadores de pesquisa adotam como prática a utilização de "Consórcio" entre instituições e uma delas é eleita líder, assumindo todos os direitos e obrigações perante o financiador. Uma das obrigações do líder é receber integralmente os recursos e repassar aos parceiros os valores acordados, acompanhando sua execução técnica e financeira. Em 31 de dezembro de 2011, o Instituto possuía obrigações de repasse para as seguintes instituições:

Financiador	Parceiros	2011	2010
WRI - World Resources Institute's	ICV	40.420	6.183
Gordon and Betty Moore Foundation	IMAFLORA	_	444
		40.420	6.627

7 Imobilizado

		31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Movimentação do custo			_		
Benfeitorias e instalações		227.437	82.075	(350)	309.162
Veículos		63.005	118.068	(9.005)	172.068
Máquinas e equipamentos		165.314	106.932	(31.892)	240.354
Equipamentos de comunicação		88.637	5.193	-	93.830
Equipamentos de computação		1.449.437	173.850	(71.125)	1.552.162
Móveis e utensílios		258.006	73.153	(12.042)	319.117
		2.251.836	559.271	(124.414)	2.686.693
	Taxas				
Movimentação da depreciação	a.a.				
Benfeitorias e instalações	4 a 17%	(15.074)	(13.549)	74	(28.549)
Veículos	20%	(15.180)	(35.343)	7.198	(43.325)
Máquinas e equipamentos	9 a 17%	(59.028)	(24.110)	18.188	(64.950)
Equipamentos de comunicação	10 a 20%	(18.872)	(13.379)	-	(32.251)
Equipamentos de computação	9 a 50%	(794.668)	(211.722)	58.340	(948.051)
Móveis e utensílios	9 a 20%	(58.059)	(45.959)	6.313	(97.704)
		(960.881)	(344.062)	90.113	(1.214.830)
		<u>1.290.955</u>	215.209	(34.301)	1.471.863

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Bens com restrição de uso		31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Movimentação do custo					
Benfeitorias e instalações		25.462	82.075	-	107.537
Veículos		54.000 25.601	118.068	(1.092)	172.068 137.926
Máquinas e equipamentos Equipamentos de comunicação		35.691 75.392	104.217 5.193	(1.982)	80.585
Equipamentos de computação		714.984	173.850	(11.270)	877.564
Móveis e utensílios		143.687	72.845	(2.850)	213.682
		1.049.216	556.248	(16.102)	1.589.362
Movimentação da depreciação	Taxas a.a				
Benfeitorias e instalações	9 a 17%	(3.407)	(7.097)	-	(10.505)
Veículos	17%	(7.982)	(35.343)	-	(43.325)
Máquinas e equipamentos	9 a 17%	(8.132)	(13.967)	849	(21.251)
Equipamentos de comunicação	9 a 17%	(12.580)	(11.869)	-	(24.449)
Equipamentos de computação	9 a 50%	(209.914)	(173.213)	4.851	(378.276)
Móveis e utensílios	9 a 20%	(31.876)	(35.407)	2.208	(65.075)
		(273.891)	(276.896)	7.908	(542.881)
Imobilizado líquido		<u>775.325</u>	279.352	(8.194)	2.132.244

Vidas úteis e taxas de depreciação

Os bens com restrição de uso têm como vida útil econômica o tempo de duração do contrato do projeto, pois são adquiridos somente para utilização nestes projetos, e não apresenta como característica a "manutenção das atividades do Instituto ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios". Pode-se atribuir, no máximo, que o Instituto mantém o controle dos bens.

A prestação de contas com os financiadores requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica. Esta condição reforça a vinculação da vida útil econômica do bem ao tempo de duração do projeto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

8 Intangível

		Taxa de amortização % a.a.	31/12/2010	Adições	31/12/2011
	Software Patentes e marcas registradas	20% indefinida	1.214.011 <u>845</u>	717.518	1.931.529 <u>845</u>
	Amortização		(560.837)	(256.114)	(816.951)
			654.019	<u>461.404</u>	1.115.423
	Bens com restrição de uso	Taxa de amortização % a.a.	31/12/2010	Adições	31/12/2011
	Software Amortização	20%	467.376 (104.042)	717.033 (145.880)	1.184.409 (249.922)
			363.334	<u>571.153</u>	934.487
9	Obrigações sociais e trab	alhistas		2011	2010
	Provisões de férias e encargos Outros	sociais		684.830 	689.882
				<u>703.541</u>	710.699

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

10 Adiantamentos recebidos

Os financiadores de pesquisa adotam como prática a utilização de "Consórcio", onde um grupo de instituições de pesquisa é formado e uma entre elas é eleita como instituição líder, assumindo todos os direitos e obrigações do consórcio perante o financiador. Uma das obrigações do líder é receber integralmente os recursos para a pesquisa e repassar aos parceiros os valores previamente acordados, acompanhando a execução técnica e financeira dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Instituto possuía obrigações de repasse com a União Européia (parceria com a instituição FASE), no valor de R\$ 45.751. Não houve movimentação durante o exercício de 2011.

11 Obrigações com recursos de projetos

Refere-se aos recursos recebidos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos:

	2011	2010
Saldo inicial	2.862.176	3.453.264
Recebimentos (-) Salários, encargos e benefícios dos projetos	16.405.054 (8.096.751)	9.566.990 (6.711.226)
	11.170.479	6.309.028
Outros gastos com administração de projetos:		
Consultorias e serviços	(682.917)	(694.343)
Despesas com viagem	(919.638)	(819.920)
Publicação, disseminação e eventos	(413.167)	(377.344)
Despesas com manutenção	(55.304)	(48.386)
Despesas com aluguel	(382.740)	(266.018)
Utilidades e serviços	(311.815)	(262.363)
Despesas com fretes	(2.107)	(958)
Outros gastos com refeitório	(28.787)	(43.933)
Impostos e taxas	(127.621)	(218.371)
Receitas financeiras	85.283	136.351

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

	2011	2010
Despesas financeiras	(70.428)	(102.342)
Despesas com seguros	(32.676)	(27.458)
Despesas com comunicação	(248.841)	(312.280)
Despesas com materiais	(80.733)	(65.337)
Outras despesas operacionais	(46)	(4.209)
Despesas com depreciação (a)	(275.959)	(139.356)
Investimentos	(26.184)	(200.585)
Total de gastos com administração de projetos	(3.573.680)	(3.446.852)
Saldo final	7.596.799	2.862.176

Em virtude da vinculação da vida útil econômica dos "bens com restrição de uso" ao tempo de duração dos contratos, concluiu-se que não há porque reconhecer despesa de depreciação destes bens no resultado do Instituto. Portanto, os custos de depreciação destes bens são registrados em conta redutora da conta "obrigações com recursos de projetos".

12 Processos judiciais e contingências

O Instituto não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a Administração não julgou necessária a constituição de provisão para contingências.

13 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração, incluindo salários, honorários e benefícios variáveis de curto prazo, totalizou R\$ 605.966 em 2011 (R\$ 418.488 em 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

14 Patrimônio social

a. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é alterado com base na incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelo conselho fiscal e diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se ao superávit do ano corrente. Após aprovação pelos conselhos fiscal e diretor, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no Estatuto.

15 Receitas

		2011	2010
Taxa administrativa de projetos e programas	(I)	2.658.647	2.617.801
Receita com prestação de serviços		492.434	981.959
Deduções			
COFINS		(14.773)	(29.459)
ISS		(24.622)	(49.098)
Abatimentos		(1.200)	(1.845)
Receitas líquidas		3.110.486	3.519.358

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

(I) Taxa administrativa de projetos e programas						DΦ	DΦ
Descrição	Notas	Valor Global	Data inicial	Prazo	Taxa	R\$ 2011	R\$ 2010
BNDES - Fundo Amazônia (i)	(a)	R\$9.736.473	29/07/2010	3anos	0%	784.042	-
Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale (ii)	(b)	R\$4.432.709	01/11/2011	1ano	15%	722.458	960.032
Fundação Gordon and Betty Moore - Moore 3 (ii)	(c)	US\$1,149,009	01/08/2010	1ano	13%	216.656	294.684
Fundação Climate Works (ii) - Monit. desmat. na AM em municipios "hotspot"	(d)	US\$494,628	02/07/2010	2anos	15%	165.202	134.326
Pórticus Latin América - Pórticus Áreas Protegidas 2	(e)	EUR150,000	06/07/2011	1ano	19%	86.533	_
Fundação Skoll (ii)	(f)	US\$765,000	03/01/2010	3anos	8%	67.269	188.506
Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale Pecuária (ii)	. ,	R\$1.718.458	01/06/2011	1ano	15%	63.171	_
WRI - World Resources Institute's - Subcontrato NORAD		US\$300,000	01/08/2009	22meses	10%	58.328	116.490
Pórticus Latin América - Pórticus Municípios Verdes 2		EUR180,000	25/08/2011	1ano	19%	56.464	_
US Depart of Agriculture Forest Service (i)		US\$142,000	13/02/2008	8meses	24%	55.912	56.836
Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale Calha Norte (ii))	R\$1.995.291	01/06/2011	1ano	15%	47.768	-
União Européia / IEB (ii)	•	EUR650,367	01/01/2009	4anos	7%	45.618	186.433
Fundação Ford - Escritório do Brasil - Ford Fundiário Pará		US\$200,000	01/12/2010	2anos	15%	39.070	-
Pórticus Latin América - Public livro Áreas Protegidas - Calha Norte (ii)		EUR70,000	17/11/2010	1ano	20%	28.066	4.494
Fundação Avina Américas (ii) - Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI)		US\$110,335	19/07/2010	2anos	17%	27.133	30.943
Embaixada Britânica - PPY BRA 1013 (i)		£174.180	30/09/2011	2anos	0%	25.094	50.745
Fundação Avina Panamá - ARA Avina Danielle		US\$57,729	01/09/2010	1ano	17%	24.223	_
Pórticus Latin América - Pórticus Municípios Verdes 3		US\$400,000	24/11/2011	1ano	19%	21.291	
Fundação Climate Works (ii) - PIB Desmatamento		US\$80,225	01/08/2011	5meses	15%	20.559	
Pórticus Latin América - Pórticus CGI		EUR74,000	21/09/2011	1ano	19%	16.157	
Pórticus Latin América - Livro Áreas Protegidas na Amazônia (ii)		EUR75,000	08/09/2010	1ano	18%	14.183	22.106
		US\$132,000	15/04/2010	2anos	17%	10.764	40.483
Fundação Avina Américas (ii) - Objetivos do Milênio & Municípios Verdes					13%		40.463
Fundação Gordon and Betty Moore - Moore 4 (ii)		US\$2,159,305	09/11/2011	2anos		8.935	21.040
Fundação Ford - Escritório do Brasil - Forum (ii)		US\$100,000	01/05/2010	lano	15%	7.960	21.040
Pórticus Latin América - Trein Habil Norte PA/AP - Não Madeireiros		EUR70,000	17/11/2010	1ano	19%	6.683	8.075
Fundação Avina Panamá - ARA Avina Mariana		R\$38.000	01/04/2011	1ano	17%	6.386	125 540
USAID / IEB (i)		US\$890,341	01/10/2006	5anos	0%	6.112	135.549
WRI - World Resources Institute's - WRI André		US\$10,000	15/06/2011	1ano	10%	4.349	-
Hobart & William Smith Colleges (i)		US\$53,700	15/08/2008	3anos	0%	3.815	20.002
CI - Conservation International Foundation (iii)		US\$19,964	01/06/2008	5meses	24%	2.854	29.802
Fundação Avina Américas (ii) - Fortalecimento do Fórum Amazônia Sustentável		US\$67,200	15/04/2010	2anos	17%	2.645	20.259
Fundação Avina Américas (ii) - Avina Municípios Verdes - Beto		US\$114,650	16/11/2011	1ano	17%	2.626	-
Fundação Avina Américas (ii) - Avina CGI Pan-Amazônia		US\$40,000	12/10/2011	1ano	17%	2.079	
Fundação Ford - Escritório do Brasil - Regul. Fundiária PA (ii)		US\$350,000	01/10/2009	25meses	9%	1.956	45.777
WRI - World Resources Institute's - WRI GBFF		US\$88,986	01/06/2010	3anos	10%	1.078	-
Embaixada Britânica (ii) - Defra Fundiário_Brenda		£112,796,66	01/08/2009	2anos	10%	919	82.821
South Dakota State University (iii)		US\$122,000	01/06/2008	2anos	24%	907	15.001
GTZ - Cooperação Alemã para Desenvolvimento (ii)		R\$182.754	01/06/2009	17meses	11%	553	17.224
Pórticus Latin América - Pórticus Bolsa Sâmia		EUR34,770	10/01/2011	1ano	19%	407	-
Fundação Avina Panamá - ARA Avina Mariana/Daniel		R\$3.421	01/07/2011	1ano	17%	343	-
Fundação Avina Américas (ii) - Avina Plataforma Revela		US\$15,000	01/10/2011	3meses	17%	165	-
Pórticus Latin América - Apoio à Red.do Desmatam.Munic. da Amazônia (iii)		EUR70,000	16/03/2010	1ano	24%	45	44.619
TNC - The Nature Conservancy (iii)		US\$119,307	14/11/2008	13meses	24%	30	-
Fundação David and Lucile Packard (ii)		US\$500,000	01/04/2009	1ano	15%	-	103.695
Sebrae Amazonas (i)		R\$156.200	27/05/2009	17meses	0%	-	14.509
Blue Moon Foundation (ii)		US\$200,000	01/09/2008	2anos	13%		13.732
Outros (i)					-	1.840	30.365
						2.658.647	2.617.801
					=		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

a. Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável

Projeto Amazônia Sustentável: Monitoramento da Amazônia, apoio à consolidação das unidades de conservação estaduais da calha norte do Pará e à iniciativa Paragominas município Verde.

b. Fundação Gordon and Betty Moore

Contrato de preservação e conservação das florestas nacionais utilizando sistema de mapeamento e identificação de áreas de conservação.

c. Fundação Skoll

Prêmio de caráter internacional pelo empreendedorismo social - Imazon

d. Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Acordo de Subdoação, derivado de contrato de doação firmado entre a Comunidade Européia e o IEB, para a implementação do projeto fronteiras florestais: Promovendo a inclusão sócio-ambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira por meio da gestão territorial e adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais.

e. USAID - IEB

Assistência financeira concedida no âmbito da Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica da USAID e intitula-se "Desafiando o avanço da fronteira de desmatamento: Fortalecendo instituições locais visando à justiça social e meios de vida sustentáveis na Amazônia brasileira".

f. Fundação Climate Works

Monitoramento e Desmatamento na Amazônia em municípios "hotspot".

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

16 Salários e encargos sociais

	2011	2010
Salários	637.242	551.373
INSS	227.605	168.293
Férias	75.428	72.520
FGTS	72.799	69.065
Assistência médica	91.102	59.308
13° salário	65.147	55.364
Vale alimentação	91.129	51.582
Bônus	31.309	41.824
PIS	12.532	39.077
Gratificações	42.696	37.981
Seguro de vida	25.003	14.362
Capacitação	956	4.410
Vale transporte	1.664	2.745
Exames e medicamentos	11.785	1.283
Remuneração de estágio	639,6	643
Uniformes	110	592
Diárias	5.863	-
Aviso Prévio / Indenizações	3.266	-
Multa Rescisória	1.404	
	1.397.680	1.170.422

Em 2011 o Instituto teve incremento em seu quadro de pessoal, com o consequente aumento das despesas de salários, encargos sociais e benefícios. Em contrapartida, as despesas com serviços tiveram uma significativa redução no mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

17 Despesas administrativas

		2011	2010
	Viagens	62.351	23.745
	Eventos	27.280	22.319
	Manutenção	30.231	34.799
	Aluguel	354.877	261.712
	Utilidades e serviços	181.975	156.735
	Refeitório	27.429	43.328
	Impostos e taxas	5.065	29.588
	Depreciação e amortização	324.218	177.858
	Seguros	46.524	33.285
	Comunicação	169.579	199.760
	Materiais	54.157	46.955
	Outras despesas administrativas	47.860	4.638
		1.331.546	1.034.722
18	Receitas e despesas financeiras		
		2011	2010
	Receitas financeiras		
	Juros sobre aplicações financeiras	31.299	3.504
	Variação cambial	537	
		<u>32.092</u>	3.903
	Despesas financeiras		
	Juros e despesas bancárias	(19.678)	(59.626)
	IRRF aplicações financeiras	(3.309)	(20.035)
	IOF sobre operações em moeda estrangeira	(27.565)	(1.400)
	Variação cambial		(1.480)
		(50.808)	(81.540)
	Despesas financeiras líquidas	<u>(18.716)</u>	<u>(77.637)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

19 Contratos e termos de doações

O Instituto já possui contratos e termos de doação assinados com parceiros que garantem repasses posteriores a 31 de dezembro de 2011, conforme tabela abaixo:

		Posteriores a	
	2012	2012	
Doadores / Contratantes	Remessas	Remessas	Total
Associação Vale P/ Desenvolvimento Sustentável	3.954.552	1.744.777	5.699.329
33 Asset Management	100.660	-	100.660
Biofílica Investimentos Ambientais	74.858	-	74.858
Bndes - Banco Nacional De Desen. Econ. E Social	2.999.774	3.160.243	6.160.017
Climate Works Monitoramento	900.000	900.000	1.800.000
Embaixada Britânica	91.705	-	91.705
Embaixada Britânica	231.940	45.173	277.113
Ford Foundation	167.000	-	167.000
Ford Foundation	419.999	210.001	630.000
Fundação Avina Panamá	107.900	-	107.900
Gordon and Betty Moore Foundation	1.440.000	826.749	2.266.749
IEB - Instit. Internacional de Educação do Brasil (CE)	150.000	-	150.000
ISA - Instituto Socioambiental	24.948	-	24.948
Martins Agropecuária S/A		147.882	147.882
Porticus Latin America	948.232	-	948.232
Skoll Foundation	1.920.669	2.613.026	4.533.695
United States Depart.of Agriculture Forest Service	404.750	-	404.750
WRI - World Resources Institute	<u>137.002</u>	<u>45.667</u>	<u>182.669</u>
	14.073.989	9.693.518	23.767.507

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

20 Isenções e benefícios fiscais

Por ser uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o Instituto goza de isenções e benefícios fiscais, tais como:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ;
- Contribuição Social Sobre o Lucro CSLL;
- COFINS sobre as receitas próprias; e
- ISSQN sobre receitas próprias.

21 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	113.895	530.083
Recursos vinculados a projetos			
Bancos	5	5.612.485	756.092
Aplicações financeiras	5	360.633	1.057.023
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	11	7.596.799	2.862.176

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Risco de liquidez

Considerando que a exposição líquida ao risco operacional de uma entidade pode ser medida pelo seu ganho contra o seu gasto em moeda forte, concluímos que a taxa de exposição líquida do Instituto é nula, já que não é gasto mais do que é recebido dos contratos em moeda estrangeira, ou seja, por mais que o valor recebido, convertido em reais, seja menor do que o previsto na proposta, os gastos são realizados até o limite do valor recebido.

Em 31 de dezembro de 2011, o Instituto não tinha obrigações com terceiros em moeda estrangeira.

22 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros dos prédios que sediam o Instituto era composta por R\$ 3.950.000,00 para incêndios, raios, explosões, fumaça e quedas de aeronave; R\$ 103.251,94 para notebooks; e R\$ 158.067,81 para veículos.

* * * *